

ESTADO DA ARTE SOBRE ASSESSORIA E CONSULTORIA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Betina Ahlert¹ – FMT
Cleomara Adriana Ikegami² – UFMT
Eliane Julkovski de Araújo³ – INSS
Karine Lima Moreira⁴ - UFMT
Taciane Couto Gonçalves⁵ – UFMT

Resumo: Esse artigo objetiva discutir sobre assessoria e consultoria no âmbito do Serviço Social brasileiro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que se apresenta o estado da arte parcial a respeito desse tema, a partir do levantamento das produções teóricas em revistas Qualis A1 e A2 na área do Serviço Social entre 2010 e 2020: Serviço Social e Sociedade, Temporalis, Katálysis, Ser Social, Textos & Contextos, Em Pauta e Revista de Políticas Públicas. Além da incipiente produção teórica sobre o tema, concluímos, por um lado, a associação do termo consultoria ao trabalho profissional desenvolvido na área empresarial, registrando significativo processo de terceirização do trabalho de assistentes sociais; de outro, os registros de assessoria indicaram o trabalho desenvolvido junto aos sujeitos coletivos sob a perspectiva de fortalecimento da luta popular e dos direitos sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Assessoria. Consultoria.

Abstract: In the following article, we present a partial state of the art regarding the debate on advisory and consultancy actions within the scope of the Brazilian Social Service. This is a bibliographical research that presents the partial state of the art on this topic, based on a survey of theoretical productions in Qualis A1 and A2 magazines in the area of Social Work between 2010 and 2020: Serviço Social e Sociedade, Temporalis, Katálysis, Ser Social, Textos & Contextos, Em Agenda and Revista de Políticas Públicas. In addition to the incipient theoretical production on the subject, we concluded, on one hand, the association of the term consultancy to professional work developed in the business area, recording a significant process of outsourcing the work of social workers; on the other hand, the advisory records indicated the

¹ - Universidade Federal do Mato Grosso. Departamento de Serviço Social. Assistente social graduada pela UFSC. Mestrado e doutorado em Serviço Social pela PUCRS. asbetinaa@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9809171485283786> e Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3858-7092>.

² - Estudante de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Mato Grosso. karinelimaam@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7109425420653930>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0232-6157>.

³ - Analista de Seguro Social do INSS - Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela UFMT. Especialização em Segurança Pública e Direitos Humanos e Mestrado em Políticas Sociais pela UFMT. julkovski@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6473529376603829>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1697-9140>.

⁴ - Estudante de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: karinelimaam@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7109425420653930>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0232-6157>.

⁵ - Universidade Federal do Mato Grosso. Departamento de Serviço Social. Assistente social graduada pela UFJF, mestra em Serviço Social pela UFRJ e doutoranda em Serviço Social pela UFJF. taciane.goncalves@ufmt.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9884109888125250> e Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1464-7238>.

work developed with collective subjects from the perspective of strengthening the popular battles and the conquest social rights.

Keywords: Social Work. Advisory. Consultancy.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo discutir assessoria e consultoria no âmbito do Serviço Social brasileiro a partir da realização do estado da arte das produções teóricas publicadas nas principais revistas científicas da área entre os anos de 2010 e 2020.

Essa proposta nasce nas discussões no interior do projeto de extensão universitária intitulado “Serviço Social, UFMT e Previdência Social: fortalecendo o coletivo”, realizado entre o setor de Serviço Social do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) do estado de Mato Grosso e o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Esse projeto é decorrência de um grupo de estudo criado pelo setor de Serviço Social do INSS no contexto da pandemia de Covid-19. Esse tinha como objeto de estudo a assessoria e a consultoria, a competência profissional reconhecida na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social de 1993 e na Matriz Teórico-Methodológica do Serviço Social do INSS de 1995.

Dada a dimensão que o debate sobre assessoria e consultoria chegou no grupo de estudos do setor de Serviço Social do INSS de Mato Grosso, a busca por produções teóricas sobre o tema esbarrou em algumas limitações que nos fizeram optar pela realização de um estado da arte sobre o mesmo no âmbito do Serviço Social. Nosso intuito com a pesquisa bibliográfica é conseguir identificar como o tema vem sendo discutido na profissão e quais são as possibilidades desse tipo de ação profissional.

Este artigo está estruturado de forma a apresentar, inicialmente, breves apontamentos sobre a pesquisa bibliográfica, o estado da arte e a opção teórica que sustenta seu uso neste estudo. Num segundo momento, busca sistematizar, brevemente, as compreensões e os formatos assumidos pela assessoria e pela consultoria registradas no âmbito do Serviço Social a partir dos artigos levantados e analisados. Por fim, apresenta um balanço geral sobre os aspectos da sustentação teórica, do referencial bibliográfico, dentre outras problematizações pertinentes no sentido de estimular pesquisas futuras sobre os limites e potencialidades da realização de assessoria e de consultoria pelo conjunto dos/as assistentes sociais.

1. SOBRE O ESTADO DA ARTE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Visando atender o objetivo de adensar o conhecimento acerca do tema consultoria e assessoria no Serviço Social brasileiro, optamos pela realização de um estado da arte das produções teóricas do Serviço Social publicadas nas principais revistas científicas da área entre os anos de 2010 e 2020. Nesse ínterim, deparamo-nos, inicialmente, com a dificuldade de encontrar materiais que poderiam servir como referência para o estado da arte ou estado do conhecimento, como é denominado por alguns/mas autores/as.

A busca de informações sobre essa técnica/metodologia de pesquisa bibliográfica apontou que as produções localizam-se, em muito, no campo da pedagogia e pouco fazem referência à técnica em si. Apesar disso, Ferreira (2002, p. 258) observa que havia “se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação ‘estado da arte’ ou ‘estado do conhecimento’” já entre os anos de 1995 e 2000.

Face ao fato de os materiais encontrados centrarem suas análises nos dados obtidos como resultado de pesquisa, sem proporcionar o aprofundamento sobre a metodologia empregada, optamos por trazer breves apontamentos sobre a sua pertinência à análise aqui proposta para, posteriormente, apresentar os resultados do levantamento e da análise que nos dispomos a fazer nesse estudo.

O estado da arte caracteriza-se como uma possibilidade de realização de pesquisa bibliográfica. Essa, por sua vez, implica não somente em um levantamento da bibliografia que trata do tema da pesquisa, mas de um estudo teórico que busque responder aos objetivos propostos na investigação – o que envolve um roteiro para a identificação e a análise dos materiais encontrados. Assim, a pesquisa bibliográfica “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos que busca por soluções, atento ao objeto de estudo e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 02). No âmbito das pesquisas bibliográficas, aquelas denominadas estado da arte apresentam como objetivo comum o de:

[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos de conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. Também são reconhecidos por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias

e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Dessa forma, as pesquisas denominadas estado da arte caracterizam-se como um levantamento a respeito de determinado tema. Ao mesmo tempo em que podem ser uma possibilidade de avaliação da produção acadêmica e científica sobre o mesmo, buscam evidenciar as categorias utilizadas e as facetas sob as quais o fenômeno é analisado (SOARES, 2000). Como elas possuem um recorte relacionado ao material analisado e ao período de análise, Soares (2000, p. 06) considera que não possuem um ponto de chegada ou um término, afinal, “a identificação, caracterização e análise do estado do conhecimento sobre determinado tema é fundamental no movimento ininterrupto da ciência ao longo do tempo”. Ou seja, os objetos de estudo das ciências seguem em transformação, assim como a própria ciência. A dinâmica que perpassa a produção de conhecimento permite o apontamento de que existam sempre novos aspectos a serem identificados, comparados e analisados as suas contradições com a produção teórica existente até então, assim como lacunas a serem identificadas e metodologias a serem estudadas (SOARES, 2000)⁶.

Para Soares (2000, p. 09) essas pesquisas bibliográficas são “de grande importância, pois [...] podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema, sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas”. Essa compreensão permite ordenar o conjunto de informações no campo do Serviço Social nos anos recentes sobre o tema, a considerar a existência de poucas produções teóricas sobre assessoria e consultoria na área, apesar de ser considerada uma de suas competências profissionais.

A sensação que parece invadir esses pesquisadores é a do não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento que apresenta crescimento tanto quantitativo, quanto qualitativo, principalmente reflexões desenvolvidas em nível de pós-graduação, produção está distribuída por inúmeros programas de pós e pouco divulgada (FERREIRA, 2002, p. 258-259).

Esse processo de construção de um estado da arte sobre determinado tema de estudo possui dois momentos distintos. O primeiro caracteriza-se pela quantificação da produção existente e pela identificação dos dados bibliográficos do material, permitindo o mapeamento

⁶ Soares (2000) apresenta um segundo motivo que indica que não existe término nas pesquisas de estado da arte vinculado a dificuldade existente, no momento em que apresenta o seu estudo, de acessar dissertações e teses acadêmicas. Consideramos que esse motivo não tem mais procedência, em decorrência da disponibilidade de banco de teses e dissertações na atualidade.

do mesmo no que se refere ao tipo de produção bibliográfica, locais de realização, período histórico e área de produção: “Nesse caso, há um certo conforto para o pesquisador, pois ele lidará com os dados objetivos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa” (FERREIRA, 2002, p. 265). Esse primeiro movimento permite perceber se as pesquisas sobre o tema se ampliaram ou diminuíram, diversificaram-se em termos de área, em tipo de produção, etc.

O segundo caracteriza-se como mais complexo já que exige a “identificação de tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si” (FERREIRA, 2002, p. 265). Se, no primeiro movimento, o/a pesquisador/a buscava responder as perguntas “o quê” e “o como” dos trabalhos, agora o desafio é maior, porque se torna necessária a leitura do material para além da identificação inicial (FERREIRA, 2002). Esse foi o caminho percorrido em nosso estudo.

Tendo em vista que o objetivo central deste artigo é analisar o estado atual do conhecimento a respeito da prática da assessoria e da consultoria no âmbito do Serviço Social brasileiro, foi realizado entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021 um levantamento parcial da produção acadêmica na profissão. Priorizamos os artigos científicos publicados entre os anos de 2010 e 2020 em revistas da área de Serviço Social que estão disponíveis na modalidade *online*. A seleção das revistas considerou aquelas avaliadas na qualificação Qualis Periódicos na área de Serviço Social atribuído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) A1 e A2⁷, o que resulta em sete revistas: Revista Serviço Social e Sociedade, Revista Temporalis, Revista Katálysis, Revista Ser Social, Revista Textos & Contextos, Revista Em Pauta e Revista de Políticas Públicas. Tendo consultado a base de dados Scielo e os *sites* das respectivas revistas, ao todo foram publicadas 120 edições no período estudado, compostas por artigos, resenhas, entrevistas ou homenagens.

No acesso às revistas, a análise dos artigos publicados atendeu ao critério de busca pelas palavras assessoria e consultoria nos títulos, palavras-chaves e resumos. Os resultados gerais apontaram que nas revistas Katálysis, Textos & Contextos, Revista de Políticas Públicas e Ser Social nenhum artigo foi publicado entre 2010-2020 sobre o tema assessoria e consultoria.

No total de artigos publicados na totalidade das revistas analisadas, identificamos nove artigos que tratam do tema assessoria e consultoria. Desses artigos, seis foram publicados na

⁷ Conjunto de procedimentos utilizados na avaliação de periódicos científicos no Brasil.

Revista Serviço Social e Sociedade, um artigo na Revista Em Pauta e dois na Revista Temporalis. Dentre os seis artigos encontrados na Revista Serviço Social e Sociedade, em uma primeira análise, percebemos que dois não apresentam uma discussão sobre assessoria e consultoria. Na realidade, um material tratava da implantação de 30h de trabalho semanais para assistentes sociais (Revista número 105 do ano de 2011) e o outro era referente a uma homenagem à assistente social Maria Lúcia Carvalho da Silva (Revista número 127 de 2016). Esses dois artigos não foram analisados neste estudo, portanto, restaram sete no total de artigos analisados.

Dos sete artigos encontrados nesse levantamento, três tratam da assessoria vinculada ao trabalho do Serviço Social junto aos Movimentos sociais e desses, dois correspondem a relatos de experiência de extensões universitárias. Os outros quatro artigos são referentes à consultoria de Serviço Social junto a empresas na iniciativa privada.

Na revista Serviço Social e Sociedade de número 102 foi publicado, no ano de 2010, o artigo de Lúcia M. de B. Freire intitulado “Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social”; em 2013, na edição de número 114, consta o artigo “Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço”, da autora Maria Cristina Giampaoli; em 2014, na edição de número 118, consta o artigo “Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional” da autora Fernanda Caldas de Azevedo; já em 2015, na edição de número 122, consta o artigo “Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social” da autora Márcia Regina Botão Gomes.

A revista Temporalis, por sua vez, conta com dois artigos que tratam do tema assessoria e consultoria, sendo um publicado no ano de 2019, volume 19, número 38 e o outro no ano de 2020, volume 20, número 39. Ambas as publicações apresentam como eixo central os movimentos sociais e são, respectivamente, a obra de Oliveira; Santos e Bienenstein, nomeada “Movimentos Sociais Urbanos, extensão universitária e Serviço Social: a experiência interdisciplinar da assessoria técnica” e a obra de Portela *et al.* intitulada “Assessoria do Serviço Social e Movimentos Sociais Insurgentes em Debate”.

Na revista Em Pauta foi identificado um artigo que faz referência ao tema, publicado no ano de 2019, na edição de número 44, escrito por Márcia Regina Botão Gomes com o título “A crise do capital e relações de trabalho: considerações sobre ‘consultorias sociais’ em empresas”.

Apresentadas essas considerações gerais a respeito da pesquisa bibliográfica do tipo “estado da arte” e as considerações introdutórias sobre o levantamento feito pelo grupo, passaremos para a análise do material encontrado no item a seguir. Destacamos que para a leitura e análise dos artigos foram estabelecidos como parâmetros a identificação da definição e da caracterização de consultoria e de assessoria; do referencial bibliográfico nos artigos; do referencial teórico; e do tipo de pesquisa realizada.

2. O ESTADO DA ARTE DAS PRODUÇÕES SOBRE ASSESSORIA E CONSULTORIA NO ÂMBITO DAS REVISTAS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Considerando que quatro dos sete artigos encontrados abordaram o debate da consultoria no Serviço Social enquanto os outros três se dedicaram ao debate da assessoria e considerando que são modalidades com características distintas, apresentaremos o conteúdo deste item organizado em dois momentos, dedicando-se, primeiramente, aos aspectos da consultoria e, posteriormente, para os da assessoria.

2.1 As compreensões construídas entorno da consultoria

Começamos pela análise de dois artigos de Gomes, sendo o primeiro intitulado “Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social” e o segundo, publicado poucos anos depois, intitulado, “Crise do capital e relações de trabalho: considerações sobre ‘consultorias sociais’ em empresas”. Em ambos a autora nos apresenta algumas reflexões sobre como, no trabalho desenvolvido em empresas, a modalidade de consultoria vem repercutindo no Serviço Social sob uma perspectiva de precarização do trabalho profissional.

Os elementos trazidos pela autora que possibilitam uma caracterização da consultoria empresarial seriam: a) programas especializados na assistência aos/às empregados/as; b) apesar de incluir profissões como psicologia, administração, economia e direito para o atendimento aos empregados, não é abordada a interdisciplinaridade e troca entre as mesmas; c) atende a um vasto leque de situações e problemas de ordem financeira, familiar, de saúde, violação de direitos etc.

[...] falecimento domiciliar, estresse, luto, angústia, pânico e outros problemas emocionais, conflitos conjugais ou familiares, envolvimento com álcool e drogas,

acompanhamento de afastados desde o início da licença até a reintegração, orientações sobre questões legais, dificuldades de relacionamento interpessoal, situações de crise (morte, suicídio, roubo, sequestro etc.), violência urbana e doméstica e orientações previdenciárias (auxílio-doença, acidente de trabalho, aposentadoria, pensão etc.) (GOMES, 2019, p. 234).

Percebe-se que tratam de problemáticas com as quais a categoria profissional é comumente chamada a lidar em diferentes espaços ocupacionais. Todavia, considerando que o atendimento aos/às trabalhadores/as se dá fora do espaço da empresa, de forma individual, remota (por chamada telefônica), distante, cabe questionar se a qualidade e formato dessa intervenção atendem adequadamente à complexidade das situações listadas.

Outro aspecto a respeito da definição de consultoria trazida pela autora é a diferenciação existente entre essa atribuição e assessoria. Baseando-se em estudos recentes no Serviço Social, Gomes alinha-se aos/às autores/as que reconhecem pontos de convergência entre ambas as modalidades de intervenção, mas ressalta a diferença de que na consultoria o/a profissional consultado/a é chamado/a para emitir um parecer sobre um projeto ou trabalho desenvolvido pelo grupo ou pessoa solicitante. Na assessoria, no entanto, o/a profissional é demandado/a num momento anterior para preparar e orientar o grupo ou a pessoa no processo de construção e planejamento de seu trabalho. O primeiro é mais pontual, já o segundo demanda um acompanhamento visto que o/a solicitante costuma não ter um conhecimento prévio a respeito do trabalho ou matéria em questão (MATOS; VASCONCELOS *apud* GOMES, 2015).

Na sua primeira publicação, a autora considera que em ambos os formatos de trabalho há o potencial para qualificar a intervenção sob a perspectiva do atual projeto ético-político (PEP). Entretanto, a que se ter em vista tanto o objetivo da instituição/empresa e quanto o do/a profissional (GOMES, 2015), se há concordância entre os mesmos e se estariam alinhados ao que defende o PEP. Já no segundo artigo, sem que a autora abandone o apontamento inicial, sobressai a definição destas experiências de consultoria como verdadeiros processos de terceirização que ampliam a exploração do trabalho de assistentes sociais, “uma das mais sofisticadas na omissão da real condição desses trabalhadores e trabalhadoras” (idem, 2019, p. 235).

No que tange a escolha pelo termo consultoria, deve-se a predominância de serviços pontuais, além de já ser o termo usual no meio empresarial. Uma consideração feita no segundo artigo da autora é a de que não se deve confundir consultoria com trabalho precarizado, afinal, a consultoria compreenderia uma relação de troca entre as partes envolvidas, com um prazo

especificado. Com isso, a partir do momento em que o tempo de realização desse trabalho se estende e se torna contínuo, deixa de configurar uma consultoria e torna-se trabalho terceirizado (MATOS, 2009 *apud* GOMES, 2015).

Reduzir as consultorias a um conjunto de atividades rotineiras ou pontuais desempenhadas por profissionais terceirizados significa uma distorção do sentido original das consultorias, que é de oferecer um serviço qualificado e diferenciado daqueles desempenhados no cotidiano profissional (GOMES, 2015, p. 371).

Essa oposição entre consultoria e terceirização como fenômenos essencialmente opostos não se faz notar em seu segundo artigo, não sendo possível afirmar se houve uma mudança de compreensão por parte da autora.

Em termos da fundamentação teórica apresentada pela autora, é um pressuposto assumido por Gomes (2019) que o/a assistente social se configura como integrante da classe trabalhadora, sofrendo com o conjunto dessa classe os impactos danosos da flexibilização do trabalho. Isso justifica a contextualização das mudanças no mundo do trabalho e reforça o entendimento do/a assistente social como integrante dos/as trabalhadores/as, pois, o pertencimento a essa classe independe de o indivíduo estar na área da produção *stricto sensu* ou no setor de serviços; estar no serviço público ou privado; deter um maior ou menor grau de especialização; deter um maior poder aquisitivo ou estar em situação de miséria. Esses enquadramentos, inclusive, são importantes em termos de análise da realidade, mas não deveriam servir como barreiras para o reconhecimento e a unidade de classe. A subordinação ao capital será uma imposição de uma forma ou de outra.

Ciente do quão variado pode ser esse espaço ocupacional – afinal há empresas de diferentes ramos e de diferentes portes – e considerando que se registra a inserção profissional nessa área desde 1940, foi especificamente no pós-1990 que se tornou comum a contratação de assistentes sociais na modalidade de consultores/as (GOMES, 2019).

Do conjunto de mudanças ocorridas no Serviço Social em empresas, destacamos as chamadas “consultorias” especializadas em programas de assistência ao empregado. Essas são formas de terceirização, quarteirização e instauração de um tipo de atendimento social a distância, com possibilidade de contratação para realização de atendimentos presenciais por demanda em caráter de prestação de serviço, que não chegam a 50% dos casos atendidos, segundo dados fornecidos pela maior empresa de consultoria entrevistada em 2015 (GOMES, 2019, p. 225).

Segundo relata a autora, as empresas contratam um pequeno grupo de assistentes sociais que não compõem o seu quadro interno de funcionários. Estabelecido esse vínculo

empregatício, os/as assistentes sociais prestam seus serviços por demanda apresentada e por meio de *call center*.

Uma problematização feita por Gomes (2015) em sua primeira publicação dizia respeito aos riscos de retorno às práticas tradicionais de perspectiva funcionalista que marcaram o Serviço Social num passado não muito distante. O que levantou essa preocupação na autora foi justamente o fato dos/as assistentes sociais consultores/as não disporem de tempo suficiente nos atendimentos e não realizarem acompanhamentos dos/as trabalhadores/as atendidos/as. Assim, a área é vista como tendo demandas não complexas ou como se alguns adoecimentos trazidos pelo público alvo não fossem crônicos e exigissem um atendimento continuado. Sem contar que, o recorte das demandas apresentadas a esses/as profissionais é pouco articulado com o mundo do trabalho, focando no indivíduo e sua família.

Fato inquestionável para a autora é que a consultoria social ou empresarial se tornou um formato de atuação profissional mais funcional às empresas visto que, assim, se eximem de garantir os direitos trabalhistas. O/A trabalhador/a, antes assalariado/a, passa à condição de autônomo/a ou pessoa jurídica, maquiando como empreendedorismo a histórica subordinação do trabalho. Assim, alguns dos impactos mais específicos no Serviço Social listados pela autora são: redução salarial; fragilidade e instabilidade do vínculo empregatício; fragmentação, pontualidade e individualização no trabalho desenvolvido; dentre outros (GOMES, 2019).

O terceiro artigo a tratar da consultoria é de autoria de Giampaoli (2013), intitulado “Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço”. Nele são identificados os mesmos referenciais teóricos de Gomes (2015; 2019) no que tange o debate da precarização e terceirização do trabalho e seus impactos no Serviço Social, com o diferencial de discorrer e apresentar mais elementos sobre a consultoria na área. Também entendendo a consultoria como expressão da terceirização, percebe a tendência da demanda por assistentes sociais em programas de formação e qualificação da força de trabalho e para mudanças de hábitos e comportamentos do/a trabalhador/a, contribuindo para a garantia do desempenho e a adaptação dos/as mesmos/as ao processo produtivo.

Sobre a definição adotada de consultoria, Giampaoli (2013) assume a compreensão que toma assessoria e consultoria como sinônimos, entendidas como uma das atribuições do Serviço Social. Compreende as ações desenvolvidas por alguém que busca ler a realidade com a

intenção de alterá-la, detendo a devida capacitação técnica e teórica para isso e recebendo remuneração por hora ou por projeto desenvolvido.

Os assistentes sociais que prestam serviços por meio das consultorias participantes são denominados de consultores em Serviço Social e consultores de atendimento. Para as empresas clientes, são considerados consultores externos, uma vez que não as integram legal e administrativamente (GIAMPAOLI, 2013, p. 278).

Em termos das requisições institucionais apresentadas aos/às profissionais, predominam os atendimentos relacionados à matéria previdenciária e os atendimentos emergenciais e sociais. Caso coincida da demanda ocorrer no mesmo local em que se encontra um/a consultor/a em Serviço Social, o atendimento pode ser presencial. Todavia, considerando que as agências de consultoria empresarial podem cobrir diferentes estados ou países, normalmente os atendimentos são remotos.

Segundo a autora, são listados nos *sites* das agências de consultoria os tipos de atendimentos oferecidos. No caso da primeira empresa investigada encontra-se:

[...] atendimento 24 horas para situações de emergência; entrevista social; visitas domiciliar e hospitalar; captação de recursos públicos; suporte social aos gestores, funcionários e familiares; orientação em casos de falecimento, nos âmbitos nacional e internacional; apoio a incidente crítico (violência urbana, acidente de trabalho, entre outros); orientação e acompanhamento decorrentes de desequilíbrio orçamentário; e dependência química (GIAMPAOLI, 2013, p. 279).

A segunda empresa, por sua vez, atende casos de:

[...] ansiedade, angústia, depressão, pânico e outros problemas emocionais; dificuldades de relacionamento pessoal e profissional; problemas no trabalho; situações de luto ou perda; estresse diário, situações críticas e emergências, como assaltos, sequestros, acidentes e desastres; envolvimento com álcool e drogas; convívio com idosos; crianças com problemas de aprendizagem ou necessidades especiais; dificuldades financeiras ou planejamento financeiro familiar; e orientações sobre questões legais (GIAMPAOLI, 2013, p. 280).

Azevedo (2014), no artigo “Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional”, foi outra autora que buscou analisar como a reestruturação produtiva impactou no mercado de trabalho do Serviço Social e em como se conforma o trabalho do/a assistente social como consultor/a empresarial.

A chamada consultoria externa expressa a terceirização camuflada do trabalho de assistentes sociais e, considerando os determinantes da consolidação da terceirização no Brasil, é impossível dissociá-la da lógica de precarização do trabalho e de ataque aos direitos trabalhistas. Não queremos dizer, com isso, que o processo de terceirização só se realiza via

consultoria. Entretanto, para os/as pesquisadores/as da área esta tem se mostrado um produto direto; logo, contratar assistentes sociais como consultores/as empresariais tem significado muito menos um reconhecimento profissional, barateando os custos dessa força de trabalho.

A autora observa que, segundo seu entendimento, os serviços de consultoria, bem como os de assessoria, são mais frequentemente oferecidos por docentes e pesquisadores de universidades a órgãos públicos do que por empresas privadas.

Buscando identificar no texto como a consultoria empresarial é definida, encontramos que essa atribuição consiste em emitir parecer sobre determinado assunto sobre o qual o/a profissional foi consultado/a e apresenta domínio teórico e prático; exprime um compromisso do/a profissional com a empresa contratante bem como com seu público atendido; cumprimento de atividades pontuais de apoio à empresa cliente que opta pela contratação de consultor/a externo ao invés de contratar assistentes sociais como seus/suas funcionários/as (AZEVEDO, 2014).

Noutro momento do artigo, a autora se dedica a apresentar e analisar as respostas das entrevistas feitas com assistentes sociais das consultorias empresariais. De forma geral, o que se evidencia é a percepção positiva que os/as assistentes sociais entrevistados/as demonstram com relação a esse espaço sócio-ocupacional. As experiências de consultoria são tomadas como expressão da modernização e inclusão dessa profissão no atual estágio do trabalho a nível mundial. Algumas respostas chegam mesmo a não legitimar a associação desse trabalho com a terceirização, visto que essa carrega uma conotação pejorativa que não condiz com a qualidade e especialização que a consultoria demanda.

A autora problematiza a ilusão criada em torno dessa modalidade de trabalho que não condiz com a maneira que ele realmente se efetiva.

A partir das entrevistas, alguns aspectos devem ser destacados: o trabalho é centralizado na demanda apresentada, não havendo por parte das consultorias uma ação proativa no sentido de induzir a viabilização de novos projetos; as demandas são identificadas no espaço micro, e a nossa pesquisa não identificou a realização de diagnósticos mais amplos que contemplassem as necessidades sociais dos trabalhadores das empresas e que pudessem subsidiar propostas que atendessem demandas do trabalho, na dinâmica contraditória que caracteriza as relações empresariais. Aponto também a diferenciação realizada pelas próprias entrevistadas entre o trabalho em consultoria e outros campos de atuação, destacando o glamour que o espaço empresarial parece oferecer ao assistente social quando este é intitulado consultor (AZEVEDO, 2014, p. 334).

Sob esta análise, Azevedo (2014) sinaliza a necessidade de a categoria profissional dedicar-se às análises do trabalho profissional em empresas e da ampliação da terceirização via consultorias. Assim, é possível construir estratégias que, por um lado contribuam para o enfrentamento da precarização e, por outro, sejam capazes de redefinir esse espaço de trabalho sob a perspectiva do atual projeto profissional.

Em linhas gerais, na condição de atividade meio, as autoras apontam que a tendência é a terceirização se tornar regra na contratação do Serviço Social por empresas, implicando em rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, falta de incentivo à formação continuada, maior frequência do registro de autônomo/a ou de pessoa jurídica, dentre outras coisas.

No artigo “Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social”, Freire (2010) foca sua análise no progressivo dissenso e distanciamento que foi se estabelecendo entre os atores sociais que atuam nos espaços de controle social da saúde no estado do Rio de Janeiro. Após fazer uma retomada histórica sobre os avanços da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro com foco na realidade fluminense, a autora defende o fortalecimento do alinhamento político dos/as conselheiros/as como necessário para defesa dos direitos na área em questão em uma conjuntura de contrarreformas.

A par desse desafio, a autora aponta para a construção de um consenso entre os atores sociais engajados no controle social dessa política num processo no qual o apoio da extensão universitária e de centros de pesquisa seriam importantes. Ou seja, remetendo-se às reflexões gramscianas sobre o intelectual, a busca pelo consenso mencionado seria no sentido de fortalecer a identidade de classe trabalhadora e fomentar a reflexão sobre as relações sociais de trabalho que afetam diretamente a saúde do/a trabalhador/a e suas condições de vida em geral (em que se inclui as questões ambientais).

Com isso, a autora se refere ao processo de politização e de rompimento com o senso comum hegemonicamente reproduzido pelas instituições sociais e midiáticas, nacionais e internacionais. Algo que não tem sido alcançado por estudantes e profissionais inseridos na área de saúde do trabalhador por não conseguirem romper com o que a autora denomina lógica tradicional elitista.

Embora a maioria [dos estudantes e profissionais] reproduza os discursos críticos avançados e de controle social presentes na literatura crítica, predominam as estratégias e os procedimentos limitados à socialização de informações, às vezes para

uma discussão futura em grupo, assim como palestras e debates posteriores a seminários. São processos importantes, extremamente válidos, mas que não deveriam ser únicos nem iniciais, de preferência, porque ainda são verticais, ou seja, de quem sabe mais para quem sabe menos, mantendo, portanto, a subalternidade (FREIRE, 2010, p. 307).

A proposta de Freire (2010) é a de que os/as profissionais envolvidos/as deveriam incorporar ao seu trabalho, primeiramente, o movimento de mediação das demandas sociais com a realidade macrossocial. Simultaneamente, deveriam exercer o papel educativo de assessorar o público atendido tornando-o capaz de refletir sobre a essência das demandas que apresentam, de propor ações concretas, bem como assessorar o planejamento e desencadeamento dessas mesmas ações na perspectiva de apoio.

Ainda que a autora não apresente maiores elaborações sobre a assessoria nesse artigo (sua definição e caracterização foram tangenciais e não centrais nesta análise), destacamos dois trechos que nos ajudariam nessa compreensão: “Sua assessoria consiste em apresentar questões sobre esse pensar e agir (por entrevista, questionário ou dinâmica de grupo), buscando seu aprofundamento, contradições, processos ocultos, com os porquês em cima de respostas, fatos e resultados apresentados” (FREIRE, 2010, p. 308).

Esse trecho refere-se ao dito anteriormente, sobre o papel educativo de assessorar o público atendido pelo/a profissional, em que o ato de assessorar associa-se ao estímulo à reflexão propiciada na relação entre as partes. Destaca o caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais e a necessidade do mesmo orientar-se pela busca da elevação do nível de consciência política, não se limitando à socialização de informações.

O segundo trecho aparece em nota, em que a autora justifica o uso do termo assessorar por acreditar que o mesmo é mais adequado à perspectiva crítica. O aspecto político e não necessariamente a expertise é o foco aqui:

Tenho utilizado a ação de assessorar todos os sujeitos atendidos pelo Serviço Social, no sentido de expressar, de forma mais contundente, a perspectiva democrática de respeito à capacidade desses sujeitos de pensar sobre a sua realidade e elaborar seus planos de ação. Nesta perspectiva, o verbo assessorar substitui os verbos assistir, atender, apoiar, encaminhar, bem como a maioria dos compreendidos na ação profissional, na perspectiva de ruptura com o conservadorismo (FREIRE, 2010, p. 308).

No artigo “Movimentos sociais urbanos, extensão universitária e Serviço Social: a experiência interdisciplinar da assessoria técnica”, de autoria de Oliveira; Santos e Bienenstein

(2019), é relatada a experiência de um programa de extensão universitária cujo conteúdo prevê a assessoria a uma organização popular da cidade de Niterói.

É feita uma análise introdutória a respeito dos ajustes neoliberais na política de educação e o significado deles na conformação de um contingenciamento de recursos em especial na educação superior pública e a consequente imposição do projeto mercantilista como solução para tal contingenciamento (sendo os eventos mais recentes que marcam o retrocesso na área a Emenda Constitucional nº 95/2016 e o projeto Future-se, proposto pelo Ministério da Educação, em 2019).

Em meio a um cenário adverso, as autoras acreditam que a extensão universitária pode ser direcionada para a defesa da função social da universidade pública e pode construir pontes de interação com a sociedade civil organizada que não se submetam à lógica privatista (realidade há muito existente nesse espaço, com a predominância de ações extensionistas tais como cursos pagos, empresas juniores, escritórios modelos e outros). Com esse pressuposto, é apresentado o programa de extensão que efetiva a interlocução entre o curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o movimento social urbano – no caso, o Fórum de Luta pela Moradia de Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro –, constituindo um trabalho interdisciplinar que destaca a assessoria técnica, a formação política e a educação popular (OLIVEIRA; SANTOS; BIENENSTEIN, 2019).

Na relação com o concreto, o projeto se relaciona a quatro áreas da universidade: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Serviço Social e Direito, além da Comissão de Direitos Humanos da OAB/Seção Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a ONG Mariana Criola e de assessores parlamentares. Aqui a experiência de assessoria técnica condensa os conhecimentos separados da vida social de outras esferas da vida humana, entendendo a interdisciplinaridade no âmbito de uma dimensão política e ética. Consiste, portanto, em processos de interação entre saberes tão diferentes, e, ao mesmo tempo, indissociáveis na produção de sentido da vida (PEREIRA, 2008 *apud* OLIVEIRA; SANTOS; BIENENSTEIN, 2019, p. 60).

No momento seguinte, passa-se a uma análise breve da questão urbana e habitacional do território, dos conflitos de classes em torno da questão até o surgimento do Fórum e da aproximação desse com a assessoria interdisciplinar oferecida pelo programa de extensão da UFF.

O Fórum expressa o exercício e a defesa dos direitos civis, políticos e sociais frente à acentuada criminalização/judicialização das lutas sociais. No formato de um trabalho de caráter político-pedagógico, a proposta de assessoria técnica interdisciplinar vem

na direção do fortalecimento à organização autônoma dos/as trabalhadores/as, da sua formação política e da capacidade de mobilização/organização de classe (OLIVEIRA; SANTOS; BIENENSTEIN, 2019, p. 57).

No bojo de relações sociais que perpetuam a concentração fundiária em contraponto à enorme desigualdade social, as ações do Fórum reforçam a defesa dos direitos humanos e sociais e a legitimidade dos processos de mobilização, organização e luta dos setores populares.

Nesse ponto, duas ressalvas são feitas pelas autoras que buscam ir ao encontro das elaborações teóricas produzidas no Serviço Social a respeito da assessoria. Primeira, a assessoria não configura um tipo de militância política visto que, tendo certeza da dimensão política que a constitui e que busca balizar pelos interesses da classe trabalhadora, a assessoria prestada preza pela autonomia e autogestão do Fórum.

Segunda, a assessoria se propõe menos a operar as ações e mais a propor alternativas de intervenção. Elabora estudos técnicos e jurídicos que possam tornar-se instrumentos para o Fórum, além de ações de formação política (reuniões, oficinas, debates, dentre outros) em matéria que dominam e que auxiliem na identificação dos atores sociais antagonistas, na compreensão da conjuntura e na melhor delimitação das reivindicações do movimento.

Esses dois aspectos são defendidos nos estudos de Matos (2009; 2010) a respeito da assessoria que discorre sobre a impossibilidade da neutralidade, sobre a não confusão com militância, sobre o compromisso com os estudos e atualizações contínuas dos/as assessores/as.

As considerações conclusivas das autoras se dedicam a apresentação das principais ações do programa que giram em torno da formação política. Em resumo, materializam o “caráter sócio-educativo-organizativo” do programa em geral e do Serviço Social em específico, além de manifestarem o esforço em contribuir com o processo de elevação do nível de consciência política. Assim: “A assessoria técnica interdisciplinar articulada aos movimentos sociais expressa uma concepção de educação e de mundo compreendidos na ampliação e consolidação da cidadania” (MARQUES; DAL MORO, 2012 *apud* OLIVEIRA; SANTOS; BIENENSTEIN, 2019, p. 64).

O terceiro e último artigo, levantado para a nossa análise, que trata da assessoria é intitulado “Assessoria do Serviço Social e movimentos sociais insurgentes em debate”, escrito por Portela *et al.* (2020). Apresenta e analisa um programa de extensão universitária da Universidade Federal do Pará (UFPA) desenvolvido pelo Serviço Social com o objetivo de

assessoria os movimentos sociais urbanos, especificamente, a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia Hidrográfica do Una (FMPBU).

Segundo as autoras, desde que o Serviço Social se aproximou das comunidades periféricas que se mobilizavam por direitos na cidade, a profissão buscou contribuir assessorando-os e apoiando-os em seus processos de mobilização e organização. Contribuiu também com a elaboração de documentos e dossiês a respeito das condições de moradia e saneamento, com o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão e com a abertura de campos de estágio.

As atividades realizadas pelo programa, especialmente as práticas de assessoria do Serviço Social, contribuem para o conhecimento da realidade urbana em Belém, tornando possível verificar os níveis de desigualdades sociais geradas por intervenções urbanísticas, que produz o deslocamento compulsório de populações atingidas; a permanente retificação de igarapés como solução de saneamento, cujos aspectos geram conflitos motivadores da organização de movimentos sociais no contexto das bacias hidrográficas em defesa da moradia, do trabalho, do meio ambiente urbano e da vida urbana como elementos definidores do direito à cidade, tornando fundamental a construção de alternativas coletivas em defesa da vida urbana nas bacias hidrográficas, que se materializam pela emergência de movimentos insurgentes (PORTELA *et al.*, 2020, p. 194).

É feita uma breve contextualização da relação estabelecida entre o Serviço Social e os movimentos sociais no Brasil que, segundo as autoras, poderia ser estabelecida desde a origem da profissão, estreitando-se no decorrer do Movimento de Reconceitualização latino-americano, em meados do século XX.

E no que se refere à prática da assessoria aos movimentos sociais, o marco inicial deita raízes durante a vigência da política de Desenvolvimento de Comunidade implementada em países de economia periférica, dentre eles o Brasil, também no século XX. Na época tratada como “pesquisa-ação” e não como assessoria, era um tipo de intervenção incipiente no seio da categoria profissional, que ainda convivía com desvios comuns que confundiam os limites da militância e do trabalho profissional. Um tipo de intervenção que, apesar de antigo no interior da profissão, teria perdido influência em decorrência do refluxo dos movimentos sociais na contemporaneidade (MATOS, 2010 *apud* PORTELA *et al.*, 2020).

Diante da adversidade que a classe trabalhadora enfrenta no atual estágio do desenvolvimento capitalista, seus movimentos sociais vão se renovando sem deixar de assumir uma postura propositiva, principalmente diante dos desafios da urbanização funcional no projeto hegemônico do capital. Em Belém, local em que se desenvolve o programa de extensão,

movimentos sociais urbanos denunciam a falta ou as péssimas condições de moradia; a ausência de regulamentação fundiária; os impactos sociais dos projetos urbanísticos ou a falta de projeto que solucionem os problemas de alagamento devido as bacias hidrográficas; dentre outras pautas que levantam de maneira a garantir o direito à cidade, no sentido mais amplo.

No caso da assessoria à FMPBU, existente desde 1992, os breves apontamentos sobre seu formato informam que: a) priorizou as orientações relacionadas às audiências públicas que vinham a demandar esclarecimentos e discussões sobre as ações judiciais de caráter indenizatório em favor da população prejudicada; b) promoveu reuniões, oficinas, seminários, etc. compreendidos como meios de capacitação e formação política capazes de contribuir com a consolidação da democracia e dos direitos humanos; c) prezou pela autonomia do movimento social e pelo seu fortalecimento.

A partir do entendimento de Minayo (2002) teoria é um conhecimento anteriormente produzido por outros/as estudiosos/as para explicar ou compreender um fenômeno ou um conjunto desses para, assim, esclarecer melhor o objeto de investigação. Partindo da premissa de que as pesquisas bibliográficas e documentais são teóricas, podemos afirmar que as autoras de todos os artigos apresentados aqui realizaram uma pesquisa teórica a fim de lançar luz ao tema estudado durante o processo de investigação.

A pesquisa de campo foi citada por cinco das seis autoras como um dos procedimentos realizados. Essa consiste numa busca empírica dos dados, junto a uma pessoa ou um grupo de pessoas. É um recorte da realidade pesquisada que envolve instrumentos como a observação, a entrevista e levantamentos de materiais documentais e bibliográficos. No entanto, a pesquisa de campo não prescinde a pesquisa teórica.

No primeiro artigo, Gomes (2015) traz uma pesquisa teórica sobre o tema da consultoria no Serviço Social buscando identificar como o conservadorismo se renova nesse tipo de trabalho e como é atingido pelo processo de precarização do trabalho profissional. No segundo artigo, ainda sobre o tema da consultoria, Gomes (2019) realizou uma pesquisa de campo para a obtenção dos dados em que entrevistou assistentes sociais vinculadas às empresas de consultoria e as que trabalhavam no *call center*, além de pessoas que coordenavam, que contratavam e que eram usuárias dos serviços de consultoria. Para contextualizar o processo de crise do capital e de precarização do trabalho em que se inscreve o trabalho profissional, os/as autores/as de referência no artigo de Gomes (2015; 2019) foram Mandel, Harvey, Mota, Netto

e Braz, Mészáros, Fontes e Antunes. Já para tratar do trabalho em empresas e da consultoria no Serviço Social, os/as autores/as referenciados/as foram Vasconcelos, Bravo, Matos, Cesar e Freire.

Para obtenção dos dados, Giampaoli (2013) combinou ao levantamento bibliográfico uma pesquisa de campo em que entrevistou assistentes sociais, representantes legais e *sites* de duas consultorias empresariais que terceirizam o trabalho de assistentes sociais para empresas privadas. Os/As autores/as referenciados/a por Giampaoli (2013) no debate sobre terceirização e precarização do trabalho foram Druck, Franco, Carelli, Dau. Para o debate do trabalho profissional citou-se Serra, Mota e Amaral, Cesar, Raichelis, Boschetti. E, para definir consultoria em Serviço Social, foram referenciados/as Matos, Freire, Orlickas e Oliveira.

Azevedo (2014) desenvolveu uma pesquisa de campo em que entrevistou assistentes sociais consultores/as, além da pesquisa teórica em que versa sobre a precarização e terceirização do trabalho. Dentre a bibliografia citada, destacamos os nomes de Antunes, Druck, Alves, Thébaud-Mony, Pochmann, Carelli, Franco, Seligman-Silva e Pinto – para o debate da precarização do trabalho – e Matos, Raichelis e Oliveira – tratando mais especificamente do trabalho no Serviço Social.

As demais autoras que dedicam seus estudos e pesquisas para tratar da extensão universitária, dos movimentos sociais urbanos e do Serviço Social nesta relação, fazem referência à assessoria. A pesquisa desenvolvida por Freire (2010) é do tipo teórica e trata das instâncias de controle social da área da saúde do trabalhador no estado do Rio de Janeiro. A principal referência são os estudos da própria autora, produzidos no decorrer de sua trajetória acadêmica e profissional.

A pesquisa de Oliveira; Santos e Bienenstein (2019) é teórica e tem como fio condutor um relato de experiência a respeito da realização de um programa de extensão universitária. Dentre o conjunto de autores/as citados/as no artigo, Jezine, Bienenstein, Boschi, Valladares, Gorham, Alves, Sousa são referenciados no debate de contextualização da educação superior. As referências no debate do capitalismo dependente e da concentração fundiária são Fernandes, Marini, Lefebvre, Lojkine, Harvey e Marx. Nos pontos que trataram algum aspecto do Serviço Social os/as autores/as citados foram Forti, Guerra e Fonte. Saviani, Iasi, Freire e Gramsci foram citados para tratar da educação, ideologia e consciência de classe. No que diz respeito às

observações pontuais acerca da assessoria, encontramos os nomes de Bravo, Matos, Marques e Dal Moro.

O artigo de Portela *et al.* (2020) é produto de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática da assessoria do Serviço Social aos movimentos sociais, tendo como fio condutor o relato de experiência da assessoria à Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia Hidrográfica do Una, em Belém do Pará. Para o debate dos movimentos sociais e urbanização, as referências trazidas no texto foram Dias; Santos; Holston; Cruz; Marinho; Maricato; Farage e Gohn. Para o debate sobre os movimentos sociais, o Serviço Social e a assessoria, foram citados/as Duriguetto; Marro; Matos e Lopes. Os demais autores/as citados para temas variados foram Harvey, Neto, Minayo, Sá, Cruz, Costa e Silva.

3 APONTAMENTOS GERAIS

A leitura e a análise dos respectivos artigos nos permitem algumas constatações e levantam alguns questionamentos. Ao abordar a consultoria no trabalho prestado pelo Serviço Social às empresas privadas, as autoras sempre reforçam seu caráter fragmentado e individualizado. O público-alvo, em todos os casos, foram os/as empregados/as e, tanto Gomes quanto Azevedo e Giampaoli, entendem a consultoria prestada às empresas como expressão da precarização e terceirização do trabalho. Talvez por isso, percebe-se em Gomes o uso do termo consultoria entre aspas – considerando que essa ação oculta um processo de subcontratação, terceirização e até quarteirização, distorcendo um sentido originalmente crítico atribuído às consultorias.

Ainda que apareça nos estudos o reconhecimento de que a consultoria empresarial pode vir a ser um trabalho orientado pelos princípios e valores do projeto profissional crítico, ainda que se diga dever evitar uma associação direta com trabalho precarizado, o que as autoras de fato registram em seus artigos é que a consultoria aparece voltada aos objetivos empresariais. Ao garantir a melhoria do clima organizacional, o Serviço Social tem garantido, sobretudo, a produtividade e a lucratividade da empresa na qual atua.

É também interessante que, a percepção da consultoria como forma de precarização é comum às autoras, mas não é compartilhada pelas profissionais entrevistadas (quando ocorreu entrevista). Se, por um lado, o/a profissional do Serviço Social, historicamente, tem sido requisitado/a para atender interesses do capital, por outro lado, o/a assistente social é um/a

profissional capaz de fazer enfrentamentos aos interesses da burguesia, posicionando-se ao lado da classe trabalhadora, a qual pertence. Evidentemente, para ser capaz de fazer esse enfrentamento, é indispensável que se assuma uma postura crítica, fundamentada no arcabouço técnico-operativo e teórico-metodológico da profissão.

Analisando esses artigos sobre assessoria o que se evidenciou foi o reconhecimento de que o trabalho junto aos sujeitos coletivos se configura como uma ação de assessoria no âmbito do Serviço Social e, nesses casos em específico, o objetivo é contribuir com formação técnico-política e com a atuação dos mesmos, fortalecendo-os. As autoras não reconhecem esse trabalho como um tipo de militância e sim como uma competência profissional. Além disso, sem ferir a autonomia do movimento assessorado, podem ter sua intervenção materializada, dentre outras coisas, nos produtos que apresentam (como dossiês, pareceres e outras documentações) e nas atividades que organizam (oficinas, palestras, orientações etc.).

Por fim, percebemos uma variedade de autores/as referenciados/as nos artigos analisados. Para abordar a crise do capital e a precarização do trabalho, Antunes é o intelectual a quem as autoras/es mais recorrem, sendo referência para duas das três autoras que apresentam a discussão sobre a consultoria empresarial. Já Matos é um dos autores mais referenciados nas sete publicações aqui analisadas, quando se realiza o debate sobre as categorias de assessoria e consultoria.

Matos (2010), inclusive, alerta que a recorrência no Serviço Social das categorias assessoria/consultoria não é tão recente e identificando sua presença em textos de circulação restrita a partir dos anos 1990. O autor traz dois argumentos para explicar a pequena produção sobre o tema. O primeiro teria relação com o amadurecimento intelectual da profissão, a que ele denomina “maioridade intelectual”. Essa teria início nos anos 1980, a partir do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, quando o Serviço Social passa a se ver como uma profissão que mais do que uma capacidade técnica e, mesmo não sendo ciência, produz conhecimento e domínio no campo das ciências sociais. Assim, só a partir do que Matos (2010) chama de “autoidentificação” é que o Serviço Social pôde valorizar os processos de assessoria aos setores da profissão e se reconhecer e ser reconhecido como um profissional com capacidade para prestar assessoria em outras áreas de intervenção ou do conhecimento.

Segundo, para o autor, há uma imprecisão conceitual entorno da assessoria e consultoria que envolve a identificação com o trabalho de supervisão profissional ou com a realização de

cursos com trabalhos que são apresentados como assessoria ou com a identificação exclusiva da assessoria com trabalho realizado pelo Serviço Social junto a movimentos sociais (MATOS, 2010).

Reconhece que há diferença entre a assessoria e a consultoria, no entanto, por entender que esta diferença é mínima, as trata sem distinção. Ao conceituar as duas categorias de análises sustenta que a assessoria/consultoria é:

[...] aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou equipe de assessoria e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições. (MATOS, 2010, p. 31).

O estado da arte aqui realizado nos permitiu concluir que as autoras entendem a consultoria e a assessoria desenvolvidas no âmbito do trabalho do Serviço Social como dois processos de trabalho distintos entre si. Isso pode ser visto porque, ao abordar o trabalho prestado pelo Serviço Social às empresas privadas, as autoras sempre o fazem se referindo à consultoria; quando dedicam seus estudos e pesquisas para tratar da extensão universitária, dos movimentos sociais urbanos e do Serviço Social nessa relação, fazem referência à assessoria.

Apesar de termos identificado que, no decorrer do estado da arte aqui proposto, o desenvolvimento de assessorias ou consultorias no Serviço Social se deu apenas junto à empresa privadas e a movimentos sociais, defendemos que há uma possibilidade real de atuação junto a um público-alvo mais amplo do que se tem registrado como, por exemplo, o desenvolvimento destas atividades tanto no âmbito das políticas públicas, quanto nas entidades privadas sem fins lucrativos.

A própria Lei de Regulamentação da Profissão fundamenta este posicionamento em seu art. 4º, pois, estabelece como competência do/a Assistente Social – “prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades [...]”, assim como, “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (BRASIL, 1993, s/p).

Feito esses apontamentos gerais, não deixamos de reconhecer o limitado alcance de nossa pesquisa e a importância de avançar nessa investigação, quem sabe, fazendo um levantamento

e análise mais abrangente de produções divulgadas também em anais de eventos, em banco de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, dentre outros. Todavia, acreditamos que o recorte aqui apresentado se mostra como um primeiro passo para estudos futuros.

Referências

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 118, p. 318-338, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282014000200006&lng=pt&nrm=is&tlng=pt>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. **Lei 8662 de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília/DF, 1993.

FERREIRA, Norma Santana de Almeida. As pesquisas denominadas estado da arte. **Revista Educação e Sociedade**. Ano XXIII, n. 79, agosto/2002. Campinas, 2002.

FREIRE, Lúcia M de B. Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 102, p. 289-313, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282010000200006&lng=pt&nrm=is&tlng=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GIAMPAOLI, Maria Cristina. Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 114, p. 266-289 abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282013000200004&lng=pt&nrm=is&tlng=pt>. Acesso em: 03 jun. 2021.

GOMES, Márcia Regina Botão. Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 122, p. 357-380, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282015000200357&lng=pt&nrm=is&tlng=pt>. 15 jul. 2021.

GOMES, Márcia Regina Botão. Crise do capital e relações de trabalho: considerações sobre ‘consultorias sociais’ em empresas. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2019, n. 44, v. 17, p. 224 – 239. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45241/30954>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalisys**, v. 10, n. esp.. Florianópolis, 2007.

MATOS, Maurilio Castro. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATOS, Maurilio Castro. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Ana Cristina; SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos; BIENENSTEIN, Regina. Movimentos sociais urbanos, extensão universitária e Serviço Social: a experiência interdisciplinar da assessoria técnica. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 52-69, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/27806>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

PORTELA, Roselene de Souza; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SILVA, Milcilene Magalhães da; DAVID, Lidiane Maria Siqueira. Assessoria do Serviço Social e movimentos sociais insurgentes em debate. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 191-208, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27408>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca. Alfabetização. Série Estado do conhecimento. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2000.